

PBL E AGENDA 21- PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS NA GRADUAÇÃO DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA SUSTENTABILIDADE

Valéria Silvestre¹; Andréia Schunemann²; Alexandro Ordoñez³, José Carlos Vaz⁴

¹Bolsista do programa PIBIC-Santander, aluna do Curso de Gestão Ambiental da EACH-USP

²⁻³ Bolsistas do Programa Ensinar com Pesquisa, alunos do Curso de Gestão de Políticas Públicas da EACH-USP

⁴ Professor da EACH-USP

Escola de Arte e Ciências e Humanidades da USP

{ valeria.silvestre@usp.br, andreia.lima@usp.br, alexsandro.ordonez@usp.br, vaz@usp.br }

Resumo. *Este trabalho apresenta um estudo sobre os limites e possibilidades da utilização da metodologia de ensino-aprendizagem PBL (Problem Based Learning) ou Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), para a abordagem da temática socioambiental no Curso Superior de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo (USP). A Agenda 21 Local (Estado de São Paulo), é tratada neste artigo como fonte para a captação dos problemas e demandas socioambientais brasileiros, para serem trabalhados em sala de aula. O trabalho explora a idéia de que o PBL permite manter o foco no aluno, estimular o desenvolvimento do senso crítico do discente, fomentar o trabalho e o hábito de construir soluções em equipe, além de integrar os fundamentos teóricos ao prático, o que o torna adequado para o tratamento de questões socioambientais.*

1. Introdução

A metodologia de ensino ao longo da história do processo educativo se restringiu, muitas vezes, a uma postura de reprodução do conhecimento, na qual o docente assume um papel de transmissor de conteúdo enquanto que, para o discente, cabe a retenção e posteriormente a repetição do que aprendeu — num comportamento passivo e pouco autônomo. No mundo contemporâneo, a reformulação, a reconstrução das tradicionais formas de transmitir conhecimento nas universidades cada vez mais se tornam necessárias.

O grande desafio é a identificação de formas mais dinâmicas para a construção do conhecimento que aproximem o aluno da realidade que encontrará no mercado de trabalho. A união de docentes e discentes na aplicação de um método ativo de aprendizagem servirá para formulação de uma rede de conhecimento progressiva e continuada, fomentando a formação de profissionais mais competentes e pró-ativos, que respondam até mesmo de maneira ética aos desafios inerentes ao exercício da profissão.

O uso do Método do Caso Didático como uma abordagem ativa de aprendizagem pode proporcionar por parte do aluno respostas de aprendizagens mais significativas, ou seja, o aluno se apropria do conhecimento de forma autônoma e consegue relacionar a teoria à outros fatos reais. Trata também a figura do educador como mediador da construção do conhecimento que apropriando-se deste método em sala de aula expõe seus alunos a uma simulação da realidade profissional.

O PBL (Problem Based Learning) permite manter o foco no aluno, estimular o desenvolvimento do senso crítico do discente submetido à técnica, fomentar o trabalho e o hábito de construir soluções em equipe, além de integrar os fundamentos teóricos já aprendidos na prática.

A Agenda 21 Local (Estado de São Paulo), aparece nesta pesquisa como provedora de dados e informações, na captação dos problemas e demandas socioambientais podem ser transformados em Casos Didáticos que posteriormente serão incluídos no Banco Interdisciplinar de Casos para ensino do Curso de Gestão de Políticas Públicas.

O presente estudo enquadra-se numa área temática de educação, por abordar e tratar uma necessidade sentida a nível acadêmico, de que é preciso a adoção de práticas de ensino mais dinâmicas, que otimizem a capacidade de aprendizagem e absorção de conhecimento. Deve-se preparar o aluno para as realidades de um universo profissional, que será continuamente desafiante: a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, na qual, inevitavelmente, as questões socioambientais e de sustentabilidade surgem, por possuírem caráter transversal. Tais questões demandam ações pró-ativas que extrapolam e envolvem a criação e a implementação de políticas públicas que dialoguem com a problemática ambiental.

A educação para a gestão de políticas públicas socioambientais deve atender aos princípios e as características da transversalidade e da interdisciplinaridade, que busca implicitamente o fortalecimento e a evolução do eixo: sociedade, política pública e meio ambiente. Difundir no curso de gestão de políticas públicas a essência transformadora do desenvolvimento sustentável e governança através da adoção do método de casos didáticos prepara o aluno para tomada de decisões mais assertivas. Garante uma estrutura inclusiva, participativa e dinâmica que facilita a incorporação destes atores – hoje acadêmicos que em breve serão agentes públicos.

A Agenda 21 Local por ser considerada um instrumento de planejamento de políticas públicas que envolve a Sociedade Civil, o Estado e o setor privado em um processo participativo de consulta e busca de soluções para os problemas ambientais, sociais e econômicos locais. Também fomenta o debate, a identificação e implementação de ações e atitudes sustentáveis. Nesta proposta, contribuindo significativamente para uma postura mais autônoma da sociedade poderá expor o aluno as estas práticas que favorecem a formação do futuro profissional de gestão de políticas públicas.

2. REFERENCIAL TEORICO

2.1. Relevância da implementação da agenda 21 local

A agenda 21 é principal documento da Eco 92 (Maior conferência sobre meio ambiente e desenvolvimento humano – realizado no Brasil pela ONU, em 1992, na cidade do Rio de Janeiro). Foi elaborada e assinada por 179 países – inclusive o Brasil. É chamado de Agenda porque refere-se aos compromissos com o futuro da humanidade a partir do séc. XXI.

Basicamente ela é um processo de ação popular, um plano para ser adotado global, nacional e localmente, em todas as áreas que a atuação humana proporcione impactos e ou exerça interferência – direta ou indireta. Realmente no programa, a questão ambiental é considerada quase que de primeira ordem, mas o enfoque deste planejamento não está restrito à conservação do ambiente natural, mas também do ambiente urbano e cultural. É uma proposta que busca o desenvolvimento econômico, a geração de renda e o exercício da cidadania. Nas reuniões são discutidas as experiências da administração e de políticas públicas, as do chamado segundo setor – empresas, indústrias, comércios, as da sociedade

civil e do terceiro setor (Organizações não Governamentais – ONGs), perpassando a discussão por projetos pertinentes aos pilares ambientais, sociais e econômicos, assim como a análise de ações que já foram implementadas na região e seus resultados.

“Para construir ou elaborar uma Agenda 21 – seja ela nacional regional ou local é necessário compor uma comissão ou fórum do qual participem os setores governamental, produtivo e civil organizado. Não há Agenda 21 sem a participação desses setores. O processo de elaboração da agenda é participativo e propositivo, por excelência, e não visa construir somente diagnósticos, mas propostas, recomendações, sugestões de projetos e programas a serem implementados pelo governo, sociedade civil organizada e setor produtivo (empresários, banqueiros, fazendeiros, etc). A Agenda 21 será revisada ao longo do século XXI, de acordo com o regulamento interno das comissões ou fóruns.” (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE – SP- 2009).

Neste aspecto, a agenda 21 mantém-se em consonância com as políticas públicas tanto das esferas federal e estadual, articulando com os demais setores da sociedade (sociedade civil e o setor privado). “Apesar dos esforços locais e regionais, e dos avanços legais, institucionais e do cumprimento de acordos no âmbito internacional, na verdade ainda há muito por fazer para responder à efetiva situação ambiental e social do planeta, de exaustão de recursos naturais, de conflitos e desigualdades socioeconômicas. E, nesse cenário, o Estado de São Paulo não é exceção.” (REI, 2002).

A reunião de ambientalistas e líderes comunitários no fomento a contribuição, protetiva e preservadora aplicada ao meio ambiente, é o tipo de encontro de forças cada vez mais comum na implementação do Programa de Agenda 21 local nos municípios do Estado de São Paulo.

Tome-se como exemplo a cidade de Praia Grande-SP (litoral), onde o manguezal cerca quase todo o município. Com o objetivo de controlar a degradação do mangue, a Agenda 21 Local desta região é idealizada e vem sendo continuamente promovida para sensibilizar e mobilizar, mesmo e principalmente quem mora na área, em palafitas, submetido a condições precárias de sobrevivência.

Neste exemplo breve e sucinto já se pode identificar os principais pilares de Agenda 21 sendo trabalhada – ambiental, econômica e social. Todas as pessoas mesmo as que não estão ligadas á alguma organização podem e são estimuladas a participar do processo de implementação da Agenda 21 Local, é um processo democrático. Para muitos ambientalistas o programa é um dos mais consistentes para alcançar o desenvolvimento sustentável.

2. 2. Peculiaridades do método de caso didático e do método do estudo de caso

A inovação do uso da técnica de problematização vislumbra o princípio da interdisciplinaridade, para desenvolvimento das aulas do curso de graduação em Gestão de Políticas Públicas, poderá contribuir para a formação de profissionais mais conectados com a realidade e mais aptos a responder eficientemente aos desafios inerente ao exercício da profissão.

Neste capítulo serão abordadas as peculiaridades do Método do Caso (chamado neste trabalho de Método Didático) e do Método de Estudo de Caso, esclarecendo as diferenças, seja mais fácil identificar o porquê da utilização do primeiro (Caso Didático) em detrimento do segundo para os objetivos aqui pesquisados.

Conforme Cesar (2002) existem algumas coincidências entre os dois métodos: “Muito se tem dito sobre o Método do Caso no ensino, mas sua conceituação frequentemente se confunde com o Método do Estudo de Caso, uma das maneiras mais comuns de se fazer

estudos de natureza qualitativa em ciências sociais aplicadas.”(CESAR, 2002)

O Método do Estudo de Caso enquadra-se como uma abordagem qualitativa e é freqüentemente utilizado para coleta de dados na área de estudos organizacionais. O Método do Caso (Caso Didático), deve ser considerado uma ferramenta pedagógica, enquanto o Método do Estudo de Caso é uma estratégia metodológica de pesquisa.

As coincidências estão no fato de que ambos devem possuir uma sólida base teórica que os sustentem e precisam ter um projeto bem definido para alcançar os objetivos propostos. O método do caso didático, depende da clareza do protocolo que deve conter o objetivo, as questões levantadas, os procedimentos para análise.

As características dos dois métodos são apresentadas a seguir.

2. 3. Método do Estudo de Caso

“O Estudo de Caso é a estratégia escolhida ao se examinarem acontecimentos contemporâneos, mas quando não se podem manipular comportamentos relevantes. O Estudo de Caso conta com muitas das técnicas utilizadas pelas pesquisas históricas, mas acrescenta duas fontes de evidências que usualmente não são incluídas no repertório de um historiador: observação direta e série sistêmica de entrevistas” (YIN, 2001).

Ainda segundo YIN (2005), dependo na necessidade, especialmente voltada para determinadas pesquisas, o uso Método do Estudo de Caso é quase que inevitável: “uma forma de se fazer pesquisa social empírica ao investigar-se um fenômeno atual dentro de seu contexto de vida real, onde as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e na situação em que múltiplas fontes de evidência são usadas” (YIN, 2005).

O método é ideal para ser adotado na busca de respostas para problemas a serem respondidos pelo pesquisador. O Método de Estudo de Caso pode ser, exploratório, descritivo e explanatório, também mesclando dados quantitativos e qualitativos.

2. 4. Método do Caso (Caso Didático)

O uso nos cursos de graduação já é adotado com boa recomendação, não somente no campo Administração, onde se disseminou, mas também em outras áreas, como o Direito: “O Método do Caso representava, assim, no ensino jurídico, considerável efeito prático, empírico e indutivo de pensar e praticar o ensino jurídico” (BOAVENTURA, 2007).

Pode-se considerar o uso do Método do Caso (Caso Didático), como uma ferramenta mais adequada à implementação da aprendizagem ativa ou de resolução de problemas (metodologia baseada na forma de desenvolver o processo de aprender utilizando experiências reais ou simuladas). Também pode ser visto como um facilitador do desenvolvimento de um ensino dinâmico e da ampliação da percepção do aluno. O uso do Caso Didático na figura de um “simulador de vôo” levaria os alunos a refletirem sobre a real estrutura da sociedade, suas problemáticas e demandas e a adequabilidade da tomada de decisão.

Por apresentar a descrição de uma situação que envolva um problema específico, expressa cuidados metodológicos essenciais à construção do conhecimento, fomentando habilidade para lidar com situações que vão além da teoria. Um caso é a descrição de um fato ocorrido, uma situação que envolva um problema e a necessidade da tomada de uma decisão para a solução. Neste contexto, ao aluno caberia enveredar na busca da possível solução, analisando as variantes do caso, relacionando os fatos aos elementos teóricos estudados no curso para fundamentar sua análise e decidindo o que fazer, respeitando as limitações impostas comumente pela realidade. Desta forma, o método promove assim também a

discussão da teoria exposta em sala de aula e o fomento ao trabalho em grupo.

A adoção do Método do Caso (Caso Didático) pode contribuir para melhorar nas estratégias de aula, transformando o convencional numa Metodologia Ativa de Ensino-aprendizagem e as práticas de incentivo da participação do aluno em grupos de estudo. Não se trata de uma metodologia de pesquisa, como vem a ser o Estudo de Caso, mas uma ferramenta pedagógica, que propõe uma simulação de atuação. No Brasil, por possuir de modo geral, uma tradição dedutiva no modo de pensar e de ensinar, o uso do Método do Caso (Caso Didático) pode se configurar como uma nova mentalidade no ensino pedagógico dentro das academias, podendo apresentar um resultado mais otimizado tanto de aprendizagem, refletindo no rendimento do aluno.

“O Método do Caso é desenvolvido para uso didático e deve envolver situações de realidade, junto com fatos, opiniões e preconceitos existentes sobre o caso, que estejam sendo veiculados por diferentes fontes ou publicados na mídia” (CESAR,2002). O Método do Caso (Caso Didático), não busca a pesquisa empírica como resposta a um determinado problema, a diferença é que ela é uma ferramenta pedagógica geralmente utilizada e aplicada universidades na formação de advogados, juristas e administradores de empresas.

Ele aproxima o aluno da realidade, utilizando as informações contidas (dados, o problemas, os fatos mais relevantes, etc) para construir situações que o aluno poderá encontrar no exercício da profissão.

“O surgimento do método do caso, em Harvard, revolucionou a forma de conduzir o ensino de advogados, juristas e administradores de empresa. Langdell foi o inventor de um precioso instrumento pedagógico, o método do caso, com grande impacto no meio universitário e profissional do pós-guerra civil. Introduziu no ensino do Direito, utilizando uma seleção de casos sobre a lei dos contratos. O método do caso representava, assim, no ensino jurídico, considerável efeito prático, empírico e indutivo de pensar e praticar o ensino jurídico” (BOAVENTURA, 2007).

Após o desmembramento das características dos dois métodos, vale ressaltar a importância do professor, que neste processo assume o papel de facilitador. Orientando e encorajando os alunos superarem os desafios inerentes a aplicação do Método do Caso Didático.

2. 5. Peculiaridades do Método de PBL

O método de Aprendizagem Baseado em Problemas (PBL) foi utilizado em escolas de medicina, para solução de problemas na área da saúde, segundo Kalatzis (2008). Sua abordagem privilegia a auto-aprendizagem e o compartilhamento em grupos das descobertas individuais. Esse método tem sido utilizado em diversas instituições de ensino, especialmente as da área de saúde. O PBL, com características não convencionais, tem atraído a curiosidade de cursos de diversas áreas, seu uso tem crescido mesmo fora das disciplinas relacionadas à saúde.

Segundo Barrows (1986; 2009), o PBL surgiu da insatisfação dos estudantes diante da grande quantidade de conteúdos vistos como menos importantes à prática médica, e também o fato de finalizar o curso com muitos conceitos, mas poucas experiências e estratégias ligadas à aplicação de uma informação para um diagnóstico.

O método do PBL pode ser ministrado a pequenos grupos que tem como tarefa analisar e estudar um problema, concreto ou abstrato, e chegar a resultados satisfatórios. Estes podem ser diferentes, entretanto devem ser pautados em argumentos lógicos que tenham embasamentos científicos e éticos.

Os objetivos básicos e educacionais desta aprendizagem (PBL) buscam formar alunos

capacitados para a resolução de problemas. Procurando com isso, a integração entre aluno e professor por meio de discussões e metas de ensino baseadas no convívio entre discentes e docentes. Na visão de Kalatzis (2008), os alunos tornam-se progressivamente responsáveis por sua própria aprendizagem, assumindo a responsabilidade na seleção dos tópicos e dos domínios a serem explorados, e cabendo ao professor a responsabilidade de fornecer o material educacional e facilitar a aprendizagem.

3. METODOLOGIA

O caminho percorrido para atingir os objetivos gerais do projeto foi examinar e elencar aspectos da Agenda 21 local no fomento de Política Pública que demandam das problemáticas socioambientais e da sustentabilidade. Partiu da investigação bibliográfica e de pesquisas em sites oficiais, onde foram captados os registros experiências bem sucedidas de implementação de Agenda 21 Local em Municípios do Estado de São Paulo, que servirão de subsídio para a futuras edição de Casos Didáticos.

Para serem apropriadas, as experiências deveriam dialogar com o princípio da sustentabilidade e com novos padrões de gestão de políticas públicas, além de propor possíveis discussões sobre os paradigmas de desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento do método desta pesquisa teve como apoio visita a bibliotecas especializadas (entidades governamentais e não-governamentais) inclusive virtuais a acervo de teses, revistas nacionais, mídias visuais e entrevistas temáticas voltada para a divulgação de trabalhos de que abordem o desenvolvimento, a implementação de Agendas 21 Locais e seus resultados.

Ressaltando que a captação e compilação das informações servirá de fontes para edição de casos que farão parte da estrutura do banco de casos de proteção socioambiental no eixo da gestão políticas públicas. Casos interdisciplinares, que sejam úteis para a apropriação da metodologia de ensino através do Caso Didático no contexto de PBL (Problem Based Learning).

Para esta finalidade foram realizados levantamentos bibliográficos sobre o Caso didático, Aprendizagem Baseada em Problemas e Estudo do Caso. Com base nesses estudos foi possível construir um referencial teórico-conceitual que destacou o Caso Didático como uma metodologia ativa de aprendizagem. Este referencial embasou as etapas subseqüentes: uma análise da estrutura curricular e do projeto político-pedagógico do curso de Gestão de Políticas Públicas para identificar possibilidades de aplicação do Caso Didático e a estruturação de um banco de casos didáticos que possibilitem a aplicação de uma abordagem interdisciplinar no Curso de Gestão de Políticas Públicas.

3.1. Processo de construção da pesquisa

O processo de construção desta pesquisa assumiu características de acompanhamento, participação e atuação. Adotando a captação de informações que neste relatório recebe a denominação de qualitativas de ação, ou seja, com a oportunidade de vivenciar resultados das experiências do programa de agenda 21 local, por meio da participação ativa de uma integrante do grupo de pesquisa que desde o ano de 2006 atua no programa e tornou possível, para os demais integrantes, um movimento de ação-reflexão-ação: observando, discutindo e analisando as possibilidades e os limites da implementação do programa de agenda 21e da promoção da cultura da sustentabilidade.

Foram realizados levantamentos históricos, análises documentais de grupos de

Agenda 21 disponibilizados pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente dos principais municípios do Estado de São Paulo. Também foram aproveitadas as participações em eventos (simpósios, seminários, assembleias, entre outros) com a finalidade de aumentar o acervo do banco de dados (Banco de PBL-GPP) que será disponibilizado para os docentes.

Foram realizadas as seguintes visitas:

- Agenda 21 Local – Pirituba/Jaraguá – Segundo sábado de cada mês;
- Fórum de Desenvolvimento de Perus – Terceira segunda feira de cada mês;
- Conselho Gestor de Parques Municipais – Parque Anhanguera – Segundo domingo de cada mês.

Em setembro de 2009, através do Projeto A Cidade Constitucional e a Capital da República III, sob a coordenação do Professor Marcelo Arno Nerling (Direito Constitucional no Curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas – USPEACH) e do Professor Paulo Santos de Almeida (Direito Ambiental no Curso de Gestão Ambiental – USP/EACH), foi realizada a viagem para o Distrito Federal em Brasília, possibilitando assim a realização de visitas direcionadas, atendendo a necessidade da consolidação desta pesquisa e a captação de informações que serviram de subsídio para a edição-criação do Caso Didático.

As visitas ocorreram no:

-Ministério do Trabalho e Emprego – SENAÉ – sendo recepcionada por Mauricio Faria - 10/09/09.

-Ministério do Meio Ambiente – sendo recepcionada por Paula Galvani Martha (Produção Sustentável), e sequencialmente por Eduardo Barroso de Souza (Analista Ambiental) – 11/09/09.

Após o retorno para o estado de São Paulo, na sequência foram realizadas visitas ao município de Osasco:

-Secretaria Desenvolvimento Trabalho e Inclusão – Secretaria de Economia Solidária 05/09/09 recepcionada pela Gestora Sandra Praxedes e pela Coordenadora Magali Horácio - em 03/1/2009 visita de campo, recepcionada pela Cientista Social Marta Regina Medeiros – Programa de Economia Solidária da Secretaria do Trabalho.

- Paralelamente foi estabelecido contato (telefônico e virtual) com mais dois municípios:

Piracicaba

Paulo Arruda, Gestor de Projetos do Piracicaba 2010 e Sandra S. Novaes

Secretária de Projetos. Implementando projetos de planejamento estratégico participativo, estratégia que nasceu em novembro de 1999 por impulso da sociedade civil.

Santos

Contatos possibilitando o acesso ao relatório Agenda 21 Local de Santos: Elaboração e Ações de autoria da Professora Sílvia de Castro Bacellar do Carmo, em parceria com seu orientador Professor Doutor Luiz Antônio Nigro Falcoski. Relatório lançado em 2004 simultaneamente com a sua tese intitulada: “Câmara e Agenda 21 Regional – Para uma Rede de Cidades Sustentáveis – A Região Metropolitana da Baixada Santista”.

4. RELEVÂNCIA E A VIABILIDADE DO USO DO MÉTODO DE CASOS SOCIOAMBIENTAIS NO CURSO DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A comunhão dos princípios, dos artigos da Constituição, da leis que dispõem sobre a questão ambiental e a crise que o planeta vivencia, faz com que o curso aborde o tema e desperte a preocupação individual e coletiva para a questão ambiental, desenvolvendo no graduando de Gestão de Políticas Públicas uma consciência crítica e estimular o enfrentamento das questões sociais e ambientais, que certamente serão inerentes ao exercício de suas futuras responsabilidades.

“A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal. Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas” (LEI Nº 9.795 DE ABRIL DE 1999 – ART. 10 - § 3º).

A presença da problemática ambiental transpassa por todos os setores da sociedade, do Estado e dos setores privados, isto é expresso e normatizado no Princípio da Ubiquidade:

“Este princípio vem evidenciar que o objeto de proteção do meio ambiente, localizado no epicentro dos direitos humanos, deve ser levado em consideração toda vez que uma política, atuação, legislação sobre qualquer tema, atividade, obra etc. Tiver que ser criada e desenvolvida. Isso porque, na medida em que possui como ponto cardinal de tutela constitucional a vida e a qualidade de vida, tudo que se pretende fazer, criar ou desenvolver deve antes passar por uma consulta ambiental, enfim, para saber se há ou não a possibilidade de que o meio ambiente seja degradado”(FIORILLO, 2006).

Assim como, no Art. 225 da CF. “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” (ART. 225 – CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA, 1988).

2. 7. O uso do método para promover a discussão da agenda 21 no curso de gestão de políticas públicas

Entretanto, não é apenas a presença dos questões socioambientais no ordenamento jurídico que constrói a relevância da discussão da Agenda 21 no Curso de Gestão de Políticas Públicas. Outros aspectos também justificam a preocupação:

“O universitário tem uma grande responsabilidade na disseminação dessa ética ambiental e na implementação de um protagonismo transformador do mundo. A universidade é inconciliável com a ignorância. Ao contrario, ela amplia as fronteiras do conhecimento e contribui para a formação humana integral, projeto tendente a banir o egoísmo que assola a Terra.” (NALINI, 2001)

A proposta do uso do método, direcionando o Caso Didático para desenvolvimento da temática socioambiental, é exatamente promover a consciência ambiental e da sustentabilidade na sala de aula. Afinal quanto mais se conhece sobre os desafios da problemática, mais se terá condições de enfrentá-la e direcioná-la na busca da solução.

No que diz respeito à criação, desenvolvimento e implementação de políticas públicas, o Brasil é um país que possui um campo vasto de atuação fomentado pelas inúmeras necessidades do seu povo que ainda não foram atendidas. Direcionar políticas públicas específicas que trate pontualmente a grande diversidade e desigualdade da nação é

uma demanda desafiadora.

“O Programa da Agenda 21, tem contribuído em todo o mundo (179 países participantes) na execução de uma nova geração de políticas públicas que venham a reduzir o quadro de desigualdades e discriminações sociais prevalecentes” (AGENDA 21, 2004) Utilizar o programa para preparar o futuro gestor de políticas públicas, para que ele se sensibilize ao ponto de perceber que muitas destas necessidades estão co-relacionadas e por isto o princípio da sustentabilidade nas decisões também deve ser considerado na tomada de decisão, será um ganho significativo para a sociedade brasileira, que certamente refletirá globalmente.

“A construção da sustentabilidade deve buscar: a recuperação e preservação dos ecossistemas naturais; o término das diferenças sociais; a minimização dos impactos sobre o meio-ambiente e meio social, causados pelo desenvolvimento do potencial das atividades econômicas e produtivas; a manutenção das identidades culturais; a construção de políticas públicas democráticas; e, a participação da sociedade civil em todas as suas representações.” (CARMO, 2004)

Mesmo já tendo avançado, ainda persiste a falta de habilidade da sociedade em geral, em tratar o tema socioambiental e a sustentabilidade a ponto de implementá-los no cotidiano. Inevitavelmente esta falta de habilidade se reflete também na gestão pública. Neste contexto, a apropriação da técnica do método ativo de aprendizagem favorece o trabalho da temática por alunos de gestão de políticas públicas.

Obviamente o ideal é que o Caso Didático com temática socioambiental, ao ser considerado e utilizado, não seja encerrado se em si. Ao contrário, é um processo contínuo e gradativo, uma ferramenta fomentadora da ampliação da visão sistêmica da política pública e suas implicações ambientais, porém com a possibilidade de apresentar resultados mais práticos e sempre favorecendo o diálogo para a construção do conhecimento.

2. 8. Notas para a elaboração de casos didáticos sobre a temática socioambiental no ensino de gestão de políticas públicas

O uso do caso didático desenvolve o promove conhecimento de novas de saber, estimula a criatividade, motiva para a prática do estudo, fomenta a habilidade de análise e de decisão, o pensamento e ainda proporciona a gestão de trabalho em grupo.

A abordagem do Caso Didático, ao ser aplicada para desenvolvimento de aspetos da temática socioambiental no ensino de gestão de políticas públicas deve ter como objetivos:

- Estabelecer conexão entre a Fundamentação Teoria do curso e a aplicação prática;
- Simular a realidade, proporcionar ao aluno o desenvolvimento comportamentos e ações que serão úteis no exercício da carreira.

Vale notar que os casos didáticos podem ser utilizados em diferentes momentos do curso: “Quando nas etapas iniciais do curso, possibilita a identificação de conceitos; quando usado na segunda etapa do curso, possibilita que o aluno faça a interligação necessária entre conceitos para a identificação e a resolução de problema.” (CESAR, 2002)

2.8.1. Disciplinas em que pode ser aplicado

Na disciplina *Sustentabilidade, Tecnologia e Políticas Públicas* é possível desenvolver a

tomada de decisões e o entendimento de problemas complexos envolvendo as políticas públicas e opções tecnológicas, ambientais, econômicas e sociais.

Na disciplina *Desenvolvimento Local*, os casos didáticos podem auxiliar na abordagem de aspectos socioambientais das iniciativas de desenvolvimento.

Na disciplina *Governança das Organizações do Setor Público*, os casos de natureza socioambiental podem trazer exemplos relevantes para o estudo de arranjos institucionais complexos.

Com base nessas considerações, foram levantadas informações para a construção de um caso didático pertinente nas três disciplinas acima, portanto de abordagem eminentemente interdisciplinar. Os dados foram levantados em três municípios paulistas de grande porte: Osasco, Santos e Piracicaba. Escolheram-se municípios em diferentes estágios de implantação da Agenda 21, o que permite a maior disponibilidade de situações a analisar.

No caso de Osasco, desde 2005 a Secretaria do Meio Ambiente de Osasco comprometeu-se publicamente – em evento específico – em dar continuidade no processo de implementação da Agenda 21 Local em Osasco. Mas ainda pouco foi realizado.

Em Piracicaba, com foco no planejamento estratégico participativo, “nasceu em novembro de 1999 por impulso da sociedade civil (um grupo de 33 membros) de Piracicaba, que ansiava ampliar sua participação na definição dos rumos do município, o Projeto Piracicaba 2010 contou com o estímulo inicial da Caterpillar Brasil, lideranças empresariais, universidades e entidades diversas para a aplicação da metodologia do planejamento estratégico de maneira participativa e democrática, que tinha como objetivo final a construção da Agenda 21 de Piracicaba” (PIRACICABA 2010, 2005). Vários projetos já foram concluídos.

Em Santos, o relatório Agenda 21 Local de Santos: Elaboração e Ações, “mostrou a fragilidade das organizações, a necessidade de maior conscientização, a essencialidade da integração das correntes partidárias, e a falta de engajamento da população, concluindo na certeza que o resgate da cidadania é peça fundamental, assim como o incentivo à participação de movimentos sociais na organização da esfera pública, e Apontou para a necessária descentralização dos processos decisórios, com implantação de fóruns intersetoriais e aumento da democratização”(CARMO & FALCOSKI, 2003).

“A Agenda 21 Local da cidade de Santos teve sucesso quando conseguiu movimentar uma parcela da sociedade e implantar ações, mesmo que parciais, em relação à questão dos Resíduos Sólidos. Porém fracassou quando não conseguiu dar continuidade ao processo, e transparência às ações. Mesmo assim, pode e deve ser considerada como experiência para outras cidades que iniciam suas movimentações para a implantação das Agendas 21 Locais específicas, principalmente para as demais integrantes da Região Metropolitana da Baixada Santista” (CARMO & FALCOSKI, 2003).

O “Programa de Comunidades Modelo” do ICLEI (International Council for Local Environmental Initiatives), que promoveu assessoria em 14 municípios dos cinco continentes para a elaboração da Agenda 21 Local, identificou algumas características desejadas nos processos de construção das Agendas, tais como:

1. Começo com parcerias multi-setoriais que incluem todo os setores;
2. Identificação de recursos logo no início do processo;
3. Comprometimento com recursos da municipalidade;
4. Estratégia explícita de troca de informações com os cidadãos locais;
5. Respeito do município pelas necessidades;

6. Prioridades e decisões dos cidadãos.
7. Envolvimento de líderes políticos e da equipe no processo;
8. Alinhamento municipal das políticas e programas com a Agenda 21 Local durante a evolução do processo;
9. Não dar início à Agenda 21 Local próximo a eleições.

Esses fatores críticos de sucesso foram também incorporados nas informações de preparo do caso, permitindo explorar distintas dimensões e possibilidades decisórias para a estruturação de processos de discussão da Agenda 21.

4. Considerações Finais

A pesquisa permitiu estabelecer já de pronto as diferenças entre o Método do Caso (Didático) e o Método do Estudo de Caso, deixando claras as vantagens da adoção do Método do Caso Didático, como ferramenta de metodologia ativa de aprendizagem, constituindo-se em resposta positiva à necessidade de estabelecer se um modelo de ensino que estimule o auto-aprendizado.

Sua utilização é vantajosa pelo fato de o Caso Didático, pelo baixo investimento financeiro para a sua implementação no grupo, otimiza o processo de aprendizagem do aluno e porque romper com o processo tradicional de transmissão de conhecimento que se baseia na orientação cognitiva e abre espaço para inovações pedagógicas, além de possibilitar a abordagem correlacionada ou interrelacionada de temas fundamentais para a formação do aluno.

Adotar na sala de aula as experiências da Agenda 21, no formato de problematização, estimulará e favorecerá a reflexão socioambiental no curso de Gestão de Políticas Públicas. “Quando inserida [a Agenda 21 Local] no planejamento e gestão da cidade, propicia aos seus governantes a legitimação do processo, onde as deliberações e ações locais e regionais representam as expectativas de uma sociedade como um todo.” (CARMO, 2004). É necessário, portanto, desenvolver as competências decisórias necessárias a essas interações entre governo e sociedade.

Além disso, ao considerar ao estruturar o banco de casos didáticos de gestão de políticas públicas e compor o seu acervo com casos, problemas e demandas socioambientais extraídos da realidade, será possível contribuir para o fortalecimento do tema de políticas públicas e meio ambiente do curso Gestão de Políticas Públicas da USP, e também contribuir para o fortalecimento da interdisciplinaridade do curso.

Referências

- AGENDA 21 BRASILEIRA (2004): resultado da consulta nacional / Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. 2. ed. Brasília : Ministério do Meio Ambiente.
- BARROWS, H. S. (1986) A taxonomy of problem based learning methods. *Medical Education*, v.20, pp. 481-86.
- BARROWS, H. S. (1999) Problem based learning initiative. Southern Illinois University, Illinois, <http://www.pbli.org/core.htm>, novembro.
- BOAVENTURA, Edivaldo. (2007) Metodologia da Pesquisa: Monografia, Dissertação e Tese. São Paulo: Atlas.
- CARMO, Silvia de Castro Bacellar & FALCOSKI, Luiz Antonio Nigro. (2004) Agenda 21 Local de Santos: Elaboração e Ações, <http://www.novomilenio.inf.br/baixada/bs0011.htm>, novembro.

CARMO, Sílvia de Castro Bacellar. (2004) Câmara e agenda 21 regional para uma rede de cidades sustentáveis: a região metropolitana da baixada santista, novembro.

CÉSAR, Ana Maria Roux Valentini Coelho. (2002) Método do Estudo de Caso (Case Studies) ou Método do Caso (Teaching Cases)? Uma análise dos dois métodos no Ensino e Pesquisa em Administração.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA 1988, 2.ed. 2004, Editora Rideel FERREIRA, Leila da Costa. A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil – 1998 – Boitempo Editorial.

FIORILLO, Celso A. P. In (2006) Curso de Direito Ambiental Brasileiro. 7ª edição. São Paulo: Saraiva.

FREIRE, Paulo. (2006) Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 33ª ed. São Paulo: Paz e Terra.

MITRE, Sandra Minardi. (2006) Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais, <http://www.scielo.br/pdf/csc/v13s2/v13s2a18.pdf>, novembro.

NALINI, José Renato. (2001) Artigo: A Cidadania e o Protagonismo Ambiental. Revista do Curso de Direito, FMU.

REI, Fernando. (2002) Agenda 21 em São Paulo 1992-2002, Secretaria de Estado do Meio Ambiente – São Paulo: SMA.

VIEIRA, L. & Bredariol. (2006) Cidadania e Política Ambiental. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Record.

YIN, Robert K. (2001) Estudo de Caso: Planejamento e Métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman.